

Ministério Público pede 27 anos de prisão para o capitão do Costa Concórdia



O Ministério Público pediu nesta quinta-feira a mais de 27 anos de prisão para o comandante do navio italiano Costa Concórdia, na abertura do julgamento em apelação pelo naufrágio que deixou 32 mortos.

Nesta instância, um ano depois de o capitão Francesco Schettino ter sido condenado a 16 anos, seus advogados alegam que, além de seu cliente, há “outros responsáveis” pelo naufrágio. “Vamos pedir que se redefinam as responsabilidades de todos os protagonistas deste caso, e não apenas a do nosso cliente”, disse à AFP o advogado Donato Laino, ao chegar à audiência.

Os advogados consideram o naufrágio resultado de um “acidente organizacional”. Nesse sentido, pretendem apontar a responsabilidade da companhia Costa Cruzeiros, das autoridades do porto vizinho de Civitavecchia e do timoneiro indonésio da embarcação.

“Ele espera que o julgamento vire o que deveria ser: um processo centrado na busca da verdade, e não no exame de uma única pessoa”, afirmou outro advogado da defesa, Saverio Senese.

No fim do dia, o procurador substituto da cidade de Florença

Giancarlo Ferrucci pediu uma pena de 27 anos e três meses de reclusão.

Apelidado pela imprensa italiana de “o capitão covarde”, Schettino não participou da audiência, alegando “motivos pessoais”, segundo um texto apresentado à Justiça. O condenado aceitou, porém, participar eventualmente se “os juízes considerarem minha presença útil”, ainda de acordo com o documento.

O acidente aconteceu em 13 de janeiro de 2012, quando o capitão do cruzeiro de 114.500 toneladas decidiu se aproximar da ilha italiana de Giglio, na Toscana. A manobra arriscada provocou a colisão do navio com os recifes.